



3960338



08000.009412/2017-73



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA - CNPCT

Data, horário: 13 e 14 de março de 2017, das 09:30 às 18:00.

Local: Dia 13 - Secretaria Especial de Direitos Humanos, na sala de reuniões Plenária (10º andar), Edifício Parque Cidade Corporate, Setor Comercial Sul Quadra 9, Torre A, Brasília-DF;

Dia 14 - Secretaria Especial de Direitos Humanos, na sala de Educação Cooperativa (10º andar), Edifício Parque Cidade Corporate, Setor Comercial Sul Quadra 9, Torre A, Brasília-DF.

Seleção do MNPCT - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Apresentação dos comentários no Edital do MNPCT e proposta de leitura do Edital na sua integralidade para que fossem revistos todos os pontos do Edital e para que as contribuições que foram surgindo durante a apresentação dos comentários e demais sugestões fossem sendo aplicadas. Durante o período da manhã os pontos 01 e 02 do edital foram lidos e alterados conforme sugestão e deliberação do pleno.

No informe jurídico sobre a seleção do MNPCT, apesar do parecer ainda não estar em mãos, foi adiantado que a interpretação da AGU sobre o assunto é que:

1. A questão da recondução poderia ser feita através de dois processos distintos. A) Uma recondução baseada em critérios avaliativos; B) Uma recondução baseada em seleção, desde que os membros que estão no MNPCT pudessem participar do processo de forma igualitária com os demais concorrentes, respeitando-se a premissa da isonomia (Obs.: caso aprovadas, fica vedada a possibilidade de nova recondução. Caso ingresso de novos membros, estes podem participar de uma recondução ao fim de seus mandatos);
2. É preciso que seja feito uma resolução regulamentando todo processo de recondução/seleção para que passe a existir uma uniformização de procedimentos a partir das próximas finalizações de mandato.

Durante à tarde do dia 13, foi retomada a leitura do edital a partir do ponto 03, abrindo espaço para contribuições, avançando até o ponto 6.3. Ficando para ser retomado durante a manhã do dia 14.

Na manhã do dia 14, o edital foi finalizado e será encaminhado para a ASJUR para análise jurídica do material.

Sugestão de representante do GTNM-BA de que constasse em ata que o termo “vinculado”, que aparece no Edital se refere a “ocupando cargo” e que destaca sua discordância em ponto do Edital que diz respeito ao formato de pontuação aprovado pelo pleno.

Questões referentes ao Sistema e Biênio 2014-2016

Durante a exposição sobre o SNPCT, foram ressaltados pontos referentes a disponibilidade dos membros do CNPCT para tratamento das questões pertinentes ao assunto, além reuniões do pleno, a importância das prioridades do biênio, possibilidade de trabalho em câmaras técnicas, pensamento de forma integrada as demandas entre CGCT, MNPCT e CNPCT, a importância da criação de consensos e a atualização do Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura, tendo em vista que ano passado o PAIPCT fez 10 anos.

Foi realizada a apresentação sobre o biênio 2014-2016, sem questionamentos sobre o mesmo.

Foi disponibilizado impresso o resumo do relatório e o planejamento do biênio 2014-2016.

Finalização de Ata da 12ª Reunião Ordinária do CNPCT

Foi deliberado que a leitura da Ata se concentraria nas propostas de deliberação, uma vez que era consensual que o texto da ata estava contemplando a reunião. As propostas de deliberação foram lidas e votadas. Ficando as propostas de encaminhamentos para serem executadas após aprovação.

Ações referentes à crise do Sistema prisional

A apresentação da Secretária Especial, Flávia Piovesan ficou pendente para a próxima reunião ordinária do CNPCT e as propostas de encaminhamentos referentes ao assunto foram lidas e aprovadas no momento em que se discutia a finalização da Ata da 12ª Reunião Ordinária do CNPCT.

Planejamento/Propostas 2017

Foi deliberado que nesta reunião seriam apontados os pontos de pauta para as reuniões ordinárias de abril e junho e da reunião extraordinária de maio. E que na reunião ordinária de abril o Planejamento/Propostas 2017 seria abordado de forma concreta.

Pauta de abril

1º dia:

Pesquisa “Tortura blindada”

- Apresentação
- Deliberação de nota

Crise no sistema prisional

- Fala da Secretária Especial, Flávia Piovesan sobre a Missão de Roraima

Notas

- Sobre censura sofrida pela Desembargadora Kenarik Boujikian.

2º dia:

Planejamento

Pauta de Maio

Reunião dedicada ao Mecanismo

- Apresentação de relatórios;
- Plano de trabalho;
- Reforço do Protocolo de atuação conjunta existente entre CNPCT e MNPCT, incluindo o intercâmbio de informações

Pauta de Junho

Seminário sobre Dia internacional de combate à tortura – Proposta inicial elaborada pela SDH e ISER

Publicação do resultado da seleção do MNPCT

Encaminhamentos propostos

Sugestão de formação de uma comissão para elaboração de Minuta de resolução sobre o processo de seleção/recondução;

Mesa diretora apresentará a minuta sobre o indulto de mulheres;

Edital de seleção do MNPCT. A Mesa Diretora, após consulta à Comissão de Seleção, deliberará por sua aprovação e publicação caso as observações jurídicas da ASJUR não alterem o conteúdo do que foi deliberado pelo pleno;

Mesa diretora irá elaborar nota sobre a censura sofrida pela Desembargadora Kenarik Boujikian;

Nota técnica da Conectas será modificada baseada nas considerações feitas pelos membros do CNPCT e analisada pela Mesa diretora por sua aprovação ou consideração de levar a mesma ao pelo na próxima reunião;

Apresentação da pesquisa “Tortura blindada” por parte da Conectas e posterior criação de recomendação sobre o assunto;

Elaboração do planejamento de 2017 em uma oficina no segundo dia de reunião em abril, juntamente com APT;

Disponibilizar de forma digital a lista de presença da reunião para os membros do CNPCT.

PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS

Vice-Presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura



Documento assinado eletronicamente por Paulo Roberto Martins Maldos, Usuário Externo, em 16/03/2017, às 15:57, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador 3960338 e o código CRC 6BB11E8A

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.